



8355095



08129.002051/2019-50



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Diretoria de Políticas Públicas e Articulação Institucional
Coordenação-Geral de Políticas Públicas

Despacho nº 44/2019/CGPP/DPPA/SENAD

Destino: **DILIC**

Assunto: **Administração Geral: Prospecção para Aquisições e Contratações**

Interessado(a): **Diretoria de Gestão de Ativos**

1. Trata-se de pedido de manifestação encaminhada pela DILIC (8352569) ante a apresentação de Pedido de Esclarecimento n. 11 (8352539) sobre os documentos necessários para habilitação técnica constantes dos itens 7.10, 7.11 e 7.20.1 do Edital, , *verbis*,

"7.10. Certidão de matrícula como Leiloeiro Oficial emitida pela Junta Comercial do estado.

7.11. Declaração atestando a regularidade do Leiloeiro Oficial perante a Junta Comercial do estado.

7.20.1. Certidão de atividade, quitação e depósito (s) emitida pela Junta Comercial do Estado da área de abrangência de sua contratação, na qualidade de órgão fiscalizador das atividades dos leiloeiros públicos no Estado.

O único documento emitido pela Junta Comercial do Rio Grande do Sul é chamado de "CERTIDÃO ESPECÍFICA", atesta a matrícula do leiloeiro, a assinatura do Termo de Compromisso do mesmo e atesta também que o leiloeiro atende ao disposto na Resolução nº 003/2003 - JUCISRS, com validade de 60 dias após sua emissão. Em anexo encaminhamos o modelo da declaração.

Sendo assim, solicitamos esclarecimento se este documento atende os 3 itens (7.10 / 7.11 / 7.20.1) do Edital."

Resposta - A análise da documentação ocorrerá no momento da habilitação, sendo que os documentos para tal fim devem conter as informações solicitadas no Edital.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA CHRISTIANE BRISOLA, Coordenador(a)-Geral de Políticas Públicas**, em 25/03/2019, às 11:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8355095** e o código CRC **26B3DD85**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.